



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

**1.1.** Contratação de empresa para prestação de serviço de rastreamento e monitoramento veicular, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Pato Branco, de acordo ao constante neste termo.

### 2. DA JUSTIFICATIVA

**2.1.** Nos termos da Demanda de Contratação que originou o presente processo de contratação, o rastreamento de veículos oficiais é uma prática essencial para a gestão eficiente e transparente da frota pública.

**2.2.** Ele proporciona benefícios que impactam diretamente a administração e a prestação de serviços públicos. Diante disso, solicito a contratação de serviços via dispositivo de geolocalização, como o GPS, a ser instalado nos veículos oficiais.

**2.3.** Neste sentido, identifica-se como necessidade a implementação de mecanismos que assegurem uma gestão eficiente, transparente e segura da frota de veículos oficiais desta Casa Legislativa.

**2.4.** Tal medida contribui significativamente para a proteção do patrimônio público, bem como para a segurança dos usuários, ao permitir o controle em tempo real das operações, a identificação de condutores e a rastreabilidade das rotas realizadas.

### 3. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E ESTIMATIVA DE VALORES

**3.1.** As especificações e quantidades estimadas para a presente contratação são as abaixo relacionadas.

LOTE ÚNICO					
Item	Und.	Qnt.	Descrição	Valor unitário	Total por item
1	Mês	12	Mensalidade relativa à contratação de serviços de rastreamento e monitoramento 24 horas, em tempo real de veículos da frota da Câmara Municipal de Pato Branco/PR, em mapas digitais e imagem de satélite, por meio de sistemas GPS/GSM/GPRS, 2G, 3G e 4G, incluindo o fornecimento de equipamentos e treinamento de pessoal para operar o sistema, licença e manutenção de sistema (softwares) e equipamentos de rastreamentos automotivos (módulos) em regime de comodato.	R\$ 230,04	R\$ 2.760,48
2	Svç	3	Taxa de adesão/instalação em parcela única por veículo.	R\$ 155,60	R\$ 466,80
<b>Total global estimado</b>					<b>R\$ 3.227,28</b>





**3.2.** O valor relativo à mensalidade na tabela acima está considerado com base na quantidade de 3 (três) veículos, conforme tabela abaixo.

Item	Und.	Qty.	Descrição	Valor unitário mensal	Total estimado por mês
1	Veículo.	3	Mensalidade relativa à contratação de serviços de rastreamento e monitoramento 24 horas, em tempo real de veículos da frota da Câmara Municipal de Pato Branco/PR, em mapas digitais e imagem de satélite, por meio de sistemas GPS/GSM/GPRS, 2G, 3G e 4G, incluindo o fornecimento de equipamentos e treinamento de pessoal para operar o sistema, licença e manutenção de sistema (softwares) e equipamentos de rastreamentos automotivos (módulos) em regime de comodato.	R\$ 76,68	<b>R\$ 230,04</b>

**3.3.** Para fins de execução contratual e pagamento dos serviços, serão considerados apenas os veículos efetivamente cobertos pelo serviço de rastreamento e monitoramento.

**3.3.1.** Eventuais variações na frota, inclusive reduções no número de veículos, não gerarão direito à CONTRATADA quanto ao pagamento por unidades não monitoradas.

**3.4.** Caso a frota da CONTRATANTE seja reduzida durante a vigência contratual, o pagamento será proporcional à quantidade de veículos com rastreamento ativo, sendo vedado qualquer pagamento adicional referente a veículos desvinculados ou fora de operação.

**3.5.** Atualmente, a frota oficial é composta por 2 (dois) veículos: um Toyota Corolla GLI, ano/modelo 2022/2023, e um Renault Fluence Dynamique, ano/modelo 2015/2016.

**3.5.1.** Encontra-se em trâmite processo licitatório para aquisição de um novo veículo da categoria SUV de médio porte, ano/modelo 2024/2025 ou 2025/2025, que, quando adquirido, passará a compor a frota oficial.

**3.6.** A estimativa de quantidade utilizada para definição do valor global da contratação contempla o total de até 3 (três) veículos, de forma a viabilizar a imediata ampliação do serviço assim que o novo veículo for incorporado à frota.

**3.7.** Sendo assim, a quantidade estimada de veículos a ser considerada será a seguinte.

Marca/Modelo	Ano/Modelo	Qty.
Toyota Corolla GLI 2.0	2022/2023	1
Renault Fluence Dynamique 2.0	2015/2016	1
SUV médio porte	2024/2025 ou 2025/2025	1 em licitação

**3.8.** Os equipamentos disponibilizados em regime de comodato pela CONTRATADA deverão ser integralmente compatíveis com os veículos da frota da CONTRATANTE.

**3.9.** Para assegurar a adequada instalação e o pleno funcionamento dos dispositivos, a CONTRATADA deverá realizar, após a assinatura do contrato e sempre que necessário, visita técnica prévia, com o objetivo de verificar eventuais particularidades dos veículos e promover a completa compatibilização dos equipamentos.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





**3.10.** Tal visita, bem como quaisquer ajustes decorrentes, não ensejarão ônus adicional à CONTRATANTE, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

#### **4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**4.1.** A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de rastreamento e monitoramento veicular, com tecnologia baseada em geolocalização (GPS/GPRS), visando assegurar o controle em tempo real da frota oficial da Casa Legislativa.

**4.2.** O serviço deverá compreender a disponibilização dos dispositivos rastreadores em comodato, sua instalação nos veículos oficiais, bem como o acesso a uma plataforma digital de gerenciamento e acompanhamento remoto, com funcionalidades como: visualização de rotas percorridas, localização em tempo real, controle de velocidade, identificação de condutores, alertas automáticos (por velocidade, ignição, localização, entrada e saída de perímetros, entre outros) e geração de relatórios gerenciais.

**4.3.** Além disso, o sistema deverá integrar módulos de controle de abastecimento e consumo de combustível, além de funcionalidades voltadas à gestão de manutenção da frota, permitindo o registro de manutenções preventivas e corretivas, emissão de alertas de revisões vencidas e a vencer, e histórico completo de intervenções por veículo.

**4.4.** A solução deve incluir ainda assistência técnica permanente, treinamento inicial aos servidores responsáveis pela operação do sistema, suporte técnico remoto e presencial, e garantia integral sobre os equipamentos e funcionalidades durante toda a vigência contratual.

**4.5.** A presente contratação visa modernizar e qualificar a gestão da frota institucional, promovendo maior eficiência administrativa, transparência, economia de recursos públicos e segurança operacional, com foco no cumprimento dos princípios da administração pública, especialmente legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

#### **5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO MODELO DE EXECUÇÃO**

##### **5.1. Requisitos gerais**

**5.1.1.** Estarão incluídos nos serviços todas as configurações, treinamentos necessários, suporte e administração, softwares adequados ao funcionamento e gerenciamento dos serviços contratados, todos os equipamentos necessários para o fornecimento e funcionamento dos serviços, os quais serão fornecidos em comodato, sem custo adicional.

**5.1.2.** O rastreamento e monitoramento serão feitos por intermédio da tecnologia GPS (Global Positioning System), combinado com a transmissão de pacote de dados via GPRS (General Packet Radio Service) por meio a rede de cobertura celular GSM (Global System for Mobile).

**5.1.3.** O módulo deverá:

**5.1.3.1.** Receber informações de posicionamento do satélite (latitude e longitude) e os enviar ao "Data Center", através do canal de dados GPRS, disponibilizando para a CONTRATANTE a localização precisa do veículo, com uma margem de erro máxima de 5(cinco) metros.

**5.1.3.2.** Possuir tecnologia de comunicação via GSM/GPRS.

**5.1.3.3.** Possuir tecnologia de localização via GPS.

**5.1.3.4.** Detectar falha na bateria.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





- 5.1.3.5.** Possuir proteção de sobre carga na bateria.
- 5.1.3.6.** Ser homologado pela ANATEL.
- 5.1.3.7.** Ser capaz de desencadear diversas ações por intermédio do software de monitoramento e rastreamento, enviadas através de comandos específicos, tais como:
  - 5.1.3.7.1.** Transmitir à central de controle a situação atual do veículo.
  - 5.1.3.7.2.** Permitir a alteração e configuração remota dos parâmetros de configuração do equipamento.
  - 5.1.3.7.3.** Permitir a alteração do estado das saídas (atuadores), acionando ou desligando os dispositivos eventualmente conectados e permitir a requisição remota dos parâmetros configurados no setup do equipamento.
- 5.1.3.8.** Possuir dispositivo para transferência de dados em tempo real de comunicação sem fio (GPRS/3G e 4G ou 5G).
- 5.1.4.** Toda comunicação que for originada do veículo deve possibilitar no mínimo ao sistema de monitoramento e rastreamento a obtenção das informações da rota, quilometragem, velocidade média, localização, controle de velocidade, status da ignição, estado das entradas e das saídas de acionamento e tensão de alimentação da bateria.
- 5.1.5.** Além de disponibilizar e instalar os equipamentos embarcados, a contratada também deverá disponibilizar gratuitamente via web (internet), em Web site seguro (https), acesso ao software de monitoramento e rastreamento que atenda a todos os requisitos técnicos e operacionais.
- 5.1.6.** O software deverá permitir o controle, o gerenciamento, o monitoramento e o rastreamento da frota da CONTRATANTE, por meio da combinação da tecnologia de transmissão de dados GSM/GPRS e localização GPS.
- 5.1.7.** Permitir consultas e emissão de relatórios baseados nos dados disponíveis no banco de dados.
- 5.1.8.** Permitir a emissão visualização na tela e impressão de, pelo menos, os seguintes relatórios gerenciais, por período, veículo ou combinação:
  - 5.1.8.1.** Tempo de motor ligado X tempo de motor desligado.
  - 5.1.8.2.** Tempo de motor ligado X veículo parado.
  - 5.1.8.3.** Velocidade média.
  - 5.1.8.4.** Velocidade máxima realizada.
  - 5.1.8.5.** Quilometragem percorrida.
  - 5.1.8.6.** Quilometragem das rotas.
  - 5.1.8.7.** Histórico de localização do veículo.
  - 5.1.8.8.** Pontos de referência e ou interesse programados.
- 5.1.9.** Possibilitar a customização da formatação das consultas e relatórios caso a apresentação dos dados sejam considerados insatisfatório pela CONTRATANTE.
- 5.1.10.** Acompanhar e fiscalizar as rotas realizadas pela frota de veículos da CONTRATANTE, exibindo o trajeto realizado com alto nível e detalhamento (data, hora, endereço, velocidade, cidade, UF), dando condições à CONTRATANTE para planejar as ações que envolvem os veículos monitorados e rastreados.





**5.1.11.** Demonstrar a quilometragem realizada pela frota da CONTRATANTE, utilizando-se da tecnologia de aferição real (telemetria), apresentando a distância percorrida pelo veículo em um período pré-definido.

**5.1.12.** Demonstrar a velocidade média realizada pela frota da CONTRATANTE, apresentando a velocidade média praticada pelo veículo durante o trajeto.

**5.1.13.** Possibilitar a localização da frota da CONTRATANTE por meio do mapa digital georreferenciado, com margem de erro máxima de 5 (cinco) metros, possibilitando acionamento da central de monitoramento e rastreamento para tomada de atitudes, visando salvaguardar o patrimônio, membros e servidores transportados.

**5.1.14.** Possibilitar o controle de velocidade da frota da CONTRATANTE em vias urbanas, estaduais e federais, permitindo o envio de alertas automáticos dos excessos de velocidade praticados no veículo, no exato momento que a velocidade limite estipulada for ultrapassada.

**5.1.14.1.** O gestor da frota deverá receber estas informações via e-mail ou alerta por aplicativo.

**5.1.15.** Demonstrar a atividade da frota da CONTRATANTE, se o veículo está ligado ou desligado, em movimento ou parado.

**5.1.16.** Consultas nos mapas utilizados pela ferramenta, facilitando a localização de itens no mapa, como bairros, ruas, etc.

**5.1.17.** Medição de distância entre dois pontos.

**5.1.18.** Visualização no mapa digital em tempo real dos veículos monitorados, atualização automática da posição dos mesmos no mapa, visualização individual, parcial e global de todos os veículos no mapa, visualização do histórico do trajeto feito pelo veículo e visualização do estado da última leitura (GPS válido, GPS inválido ou gravado).

**5.1.19.** Oferecer o serviço de limite geográfico virtual (áreas onde o veículo não pode entrar ou sair), denominado “cerca eletrônica”, por meio do mapa digital georreferenciado, capaz de enviar alertas automáticos no exato momento que o veículo monitorado e rastreado ultrapassar o perímetro previamente estabelecido.

**5.1.19.1.** O gestor da frota deverá receber estas informações via e-mail ou alerta por aplicativo.

**5.1.20.** Permitir a suspensão do serviço de monitoramento e rastreamento para veículos fora de operação ou eventualmente sinistrados, até o pleno restabelecimento das condições de circulação do veículo.

**5.1.21.** Os serviços contratados devem estar disponíveis 24 horas por dia, sete dias por semana, contendo no mínimo os seguintes serviços:

**5.1.21.1.** Monitoramento da frota 24 horas: localização em tempo real; visualização dos veículos no mapa com atualização do veículo parado e em movimento; histórico de posições; bloqueio remoto (roubo/furto); alerta de velocidade; função âncora; ponto de controle; roteirização; equipe de pronto atendimento.

**5.1.21.2.** Controle de abastecimento: controle total de abastecimento dos veículos; relatório de consumo diário conforme valor do combustível, por km rodado, por tipo de combustível e custo total m combustíveis.

**5.1.21.3.** Controle de manutenção: gestão de manutenções preventivas e corretivas; alerta de manutenções vencidas ou a vencer; relatório de manutenção por veículo.







**5.1.21.4.** Identificador de motoristas: identificação do condutor do veículo; auxílio na identificação do infrator em multas; bloqueio do veículo no caso de motorista não autorizado.

**5.1.22.** A Contratada deverá manter Central de Atendimento para registro, acompanhamento, resolução de incidentes, solução e problemas e esclarecimentos de dúvidas.

**5.1.23.** Os dados apurados pelo sistema de monitoramento e rastreamento serão armazenados em Data Center.

**5.1.24.** As informações coletadas no banco de dados deverão ser armazenadas contendo todos os dados referentes ao rastreamento e monitoramento de cada veículo da frota.

**5.1.25.** As informações coletadas no banco de dados, contendo todos os dados referentes ao rastreamento e monitoramento de cada veículo da frota, deverão ser gravadas em mídia e entregue ao gestor do contrato sempre que solicitado.

**5.1.26.** O sistema deverá ter cobertura nacional.

## **5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica**

**5.2.1.** Os equipamentos de rastreamento e monitoramento veicular deverão ser fornecidos em regime de comodato, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada a sua instalação, substituição, manutenção preventiva e corretiva, sem ônus adicional à Administração.

**5.2.2.** Todos os dispositivos fornecidos deverão possuir garantia integral de funcionamento durante toda a vigência contratual, abrangendo falhas de hardware e software, problemas de comunicação, desgaste de peças e atualizações de software, quando necessárias.

**5.2.3.** A contratada deverá manter estrutura técnica apta a prestar atendimento e suporte técnico ininterrupto (24 horas, 7 dias por semana), por meio de canal de atendimento direto (telefone, e-mail ou plataforma online), inclusive para acionamento de assistência em campo.

**5.2.4.** A manutenção corretiva deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis após a comunicação formal da falha pelo contratante, com substituição imediata do equipamento, se necessário.

**5.2.5.** A manutenção preventiva, quando aplicável, deverá ser realizada pela contratada conforme cronograma técnico ou sempre que identificada a necessidade, sem interrupção dos serviços prestados.

**5.2.6.** Em casos de remoção para conserto, a contratada deverá disponibilizar equipamento substituto em até 24 horas úteis, garantindo a continuidade do monitoramento do veículo sem prejuízo das atividades da Administração.

**5.2.7.** Os custos com transporte, mão de obra, peças de reposição, substituição de equipamentos e qualquer outro serviço técnico relativo aos dispositivos de rastreamento são de inteira responsabilidade da contratada, não cabendo qualquer repasse de despesa à Administração contratante.

**5.2.8.** A contratada deverá emitir relatório técnico a cada intervenção realizada, contendo identificação do equipamento, número do veículo, descrição do problema, data da solicitação, data da execução do serviço e solução adotada.

## **5.3. Conformidade com normas específicas**

**5.3.1.** Para fins de assinatura do contrato, os serviços contratados deverão observar integralmente as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao objeto, em especial:



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





**5.3.1.1.** Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), especialmente no que se refere à identificação de condutores, controle de velocidade e segurança viária.

**5.3.1.2.** Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, em relação à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos equipamentos eletrônicos e descarte ambientalmente adequado.

**5.3.1.3.** Resolução ANATEL nº 715/2019 (e suas sucessoras), que regulamenta a certificação e homologação de equipamentos de telecomunicações.

**5.3.1.4.** Resolução ANATEL nº 671/2016, que trata do uso do espectro de radiofrequências para comunicação via GPRS/GSM.

**5.3.1.5.** Resolução ANATEL nº 454/2006, que disciplina as condições de uso de radiofrequências nas faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1800 MHz, 1900 MHz e 2100 MHz.

**5.3.2.** Os equipamentos fornecidos deverão estar homologados pela ANATEL, com comprovação mediante apresentação de certificado de homologação válido no momento da habilitação ou da contratação.

**5.3.3.** Quaisquer atualizações, revogações ou substituições das normas citadas deverão ser automaticamente observadas pela contratada, durante toda a vigência contratual.

## **6. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**6.1.** O critério de julgamento das propostas para a seleção do fornecedor será:

**6.1.1.** Grupo de itens (lote único); e

**6.1.2.** Por menor preço.

## **7. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

**7.1.** Conforme justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar, trata-se de contratação enquadrada no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (atualmente R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos - Decreto nº 12.343/2024)).

**7.2.** Os valores estimados para a presente contratação foram apurados em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, por meio de pesquisa de mercado, garantindo a adequação à realidade dos preços praticados.

**7.3.** Verificou-se que os montantes encontram-se abaixo do limite estabelecido no art. 75, inciso II, da referida Lei, o que possibilita o enquadramento da contratação na hipótese de dispensa de licitação por valor, assegurando eficiência, economicidade e celeridade ao processo.

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**8.1.** Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta contratação.

## **9. DOS BENEFÍCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





**9.1.** Nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a presente contratação **será** de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

## **10. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**10.1.** A proposta de preços deverá ser apresentada de acordo aos itens constantes deste termo.

**10.2.** Serão desclassificadas as propostas que apresentem valores superiores aos valores máximos dispostos neste termo.

**10.3.** A validade mínima da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação da mesma.

## **11. DA HABILITAÇÃO**

### **11.1. Habilitação jurídica**

**11.1.1.** A habilitação jurídica se dará de acordo ao art. 66 da Lei 14.133/21, por meio de:

**11.1.1.1.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

**11.1.1.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**11.1.1.3.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

**11.1.1.4.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**11.1.1.5.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**11.1.1.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**11.1.1.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**11.1.1.8.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**11.1.1.9.** Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e







do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

**11.1.1.10.** Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**11.1.2.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **11.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**11.2.1.** A habilitação fiscal, social e trabalhista se dará de acordo ao art. 68 da Lei 14.133/21, por meio de:

**11.2.1.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

**11.2.1.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**11.2.1.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

**11.2.1.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**11.2.1.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**11.2.1.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**11.2.1.7.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**11.2.2.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**11.2.3.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **11.3. Qualificação técnica**

**11.3.1.** A qualificação técnica será exigida conforme o artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, justificando-se pela necessidade de garantir a qualidade e a adequada execução dos serviços.

**11.3.2.** Essa exigência tem o objetivo de mitigar os riscos identificados na análise de risco, especialmente aqueles relacionados a falhas na execução do objeto que possam comprometer o desempenho e a funcionalidade dos sistemas e dos serviços.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





**11.3.3.** Dessa forma, a comprovação da capacidade técnico-operacional da contratada assegura que a empresa possui experiência comprovada, garantindo que os serviços sejam prestados de maneira segura, eficiente e em conformidade com as especificações da contratação, e se dará por meio de:

**11.3.3.1.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares ou prestação de serviço similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**11.3.3.1.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados relativos à serviço de rastreamento e monitoramento veicular.

**11.3.3.2.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**11.3.3.3.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**11.3.3.4.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

#### **11.4. Habilitação econômico-financeira**

**11.4.1.** Justifica-se a dispensa da habilitação econômico-financeira com base no art. 70, III, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que o valor da presente contratação está abaixo de R\$ 15.681,39 (quinze mil, seiscentos e oitenta e um reais e trinta e nove centavos), o que representa 1/4 do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou seja, abaixo de 1/4 do valor disposto no art. 75, II, da mesma Lei.

**11.4.2.** Essa decisão está em consonância com o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, garantindo que não sejam estabelecidas exigências desproporcionais à natureza e ao valor da contratação.

**11.4.3.** Ainda assim, a segurança da execução contratual será preservada por meio de outros requisitos estabelecidos neste estudo, assegurando a adequada prestação dos serviços e mitigação de riscos operacionais.

#### **11.5. Disposições gerais sobre habilitação**

**11.5.1.** Quando permitida a participação na licitação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**11.5.2.** Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**11.5.3.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.





**11.5.4.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**11.5.5.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **11.6. Documentação complementar para cooperativas**

**11.6.1.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**11.6.1.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.

**11.6.1.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

**11.6.1.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço.

**11.6.1.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107.

**11.6.1.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

**11.6.1.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

**11.6.1.6.1.** Ata de fundação.

**11.6.1.6.2.** Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou.

**11.6.1.6.3.** Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.

**11.6.1.6.4.** Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias.

**11.6.1.6.5.** Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais.

**11.6.1.6.6.** Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação.

**11.6.1.6.7.** Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **12. DO PAGAMENTO**

**12.1.** O pagamento será efetuado mensalmente, por meio de depósito em conta bancária da CONTRATADA ou pagamento de boleto de cobrança emitido pela CONTRATADA.

**12.2.** O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias contados do recebimento definitivo da fatura.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





**12.3.** Havendo erro na apresentação da fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

**12.4.** A CONTRATADA deverá fazer as retenções tributárias em conformidade com a legislação e normas vigentes, especialmente a retenção do imposto de renda, nos termos do Decreto Municipal nº 9.512, de 27 de abril de 2023, ou outra normativa que o venha a substituir.

### **13. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**13.1.** O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, iniciando-se na data de sua publicação ou data distinta prevista no Contrato.

**13.2.** O Contrato poderá ser prorrogado, havendo interesse entre as partes e a critério da CONTRATANTE, consoante o art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021<sup>1</sup>.

### **14. DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DAS ALTERAÇÕES**

**14.1.** O reajuste do Contrato se dará após decorridos 12 (doze) meses, tendo como data-base a data do orçamento estimado, de acordo à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do IBGE, acumulado no período de 12 (doze) meses, ou outro índice que vier a substituí-lo.

**14.2.** O Contrato poderá ser alterado consoante o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante termo aditivo.

### **15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**15.1.** É admissível a continuidade do Contrato quando houver fusão, cisão ou incorporação do CONTRATADO com outra pessoa jurídica, desde que:

**15.1.1.** Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**15.1.2.** Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

**15.1.3.** Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

**15.2.** A alteração subjetiva deverá ser formalizada por Termo Aditivo ao Contrato.

### **16. DAS SANÇÕES**

<sup>1</sup> Acórdão TCU 222/2006 - Plenário - Declaração de voto - 4. Com efeito, a identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame da atividade desenvolvida pelo particular. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita com a contratação. Disponível em:

<https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight?key=41434f5244414f2d434f4d504c45544f2d3239353736&sort=RELEVANCIA&ordem=DESC&bases=ACORDAO-COMPLETO;&highlight=&posicaoDocumento=0&numDocumento=1&totalDocumentos=1>.







**16.1.** Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, à aplicação das seguintes sanções administrativas.

**16.1.1.** Advertência.

**16.1.2.** Multa.

**16.1.3.** Impedimento de licitar ou contratar.

**16.1.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**16.2.** Poderão ser aplicadas multas de caráter moratório e compensatório, a serem aplicadas de acordo aos percentuais indicados na sequência.

**16.2.1.** De caráter moratório.

**16.2.1.1.** 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta).

**16.2.1.2.** 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o item anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE.

**16.2.2.** De caráter compensatório.

**16.2.2.1.** 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA, ou nos casos de rescisão do Contrato, calculada sobre a parte inadimplida.

**16.2.2.2.** 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE.

**16.3.** O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do Contrato.

**16.4.** No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, fica facultado à CONTRATANTE reconhecer a ocorrência das hipóteses de rescisão contratual.

**16.5.** A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor da CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.

**16.6.** Não serão aplicadas as multas decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais resultante da existência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

**16.7.** Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres públicos da Municipalidade em até 5 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no Órgão Oficial da CONTRATANTE, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da CONTRATANTE.

**16.8.** A aplicação das penalidades é de competência exclusiva do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco.







**16.9.** Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos e a sistemática procedimentais previstos em Lei e regulamentação pertinente, bem como serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório à CONTRATADA.

**16.10.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

## **17. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**17.1.** Na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, rescindir unilateral ou amigavelmente o Contrato, na forma do art. 138, bem como aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 156, ambos do mesmo diploma legal.

**17.2.** No caso de extinção contratual ou cancelamento da Ata de Registro de Preços poderá ser aplicada multa de acordo ao disposto nas sanções.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**18.1.** Indicar 1 (um) ou mais prepostos a fim de representar a CONTRATADA em toda e qualquer comunicação junto à CONTRATANTE.

**18.2.** Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa, qualquer empregado cuja atuação ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, ou que se apresente para a prestação do serviço fora dos padrões exigidos, ou, ainda, que seja considerado tecnicamente inapto.

**18.3.** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar ciência em razão da execução do objeto, devendo orientar seus intérpretes nesse sentido.

**18.4.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela gestão e fiscalização contratual, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**18.5.** Responder perante a CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes da execução do contrato.

**18.6.** Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pela CONTRATANTE.

**18.7.** Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

**18.8.** Não veicular publicidade acerca deste contrato.

**18.9.** Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome do preposto.

**18.10.** Prezar pela conduta ética pautada pelos preceitos da confiabilidade, imparcialidade, discrição e fidelidade.

**18.11.** Atender às solicitações e sugestões da CONTRATANTE referentes à prestação do serviço objeto da contratação, visando sempre a correção das falhas.





**18.12.** Atender as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho, bem como responsabilizar-se pelo atendimento médico de seus empregados em caso de acidente de trabalho.

**18.13.** Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência contratual, informando à CONTRATANTE quando da ocorrência de qualquer alteração.

**18.14.** Arcar com todos os custos diretos e indiretos, tais como: seguro, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, acidentários ou comerciais, bem como recursos humanos e materiais, equipamentos, passagens aéreas e terrestres, diárias, alimentação, transporte, fretes, hospedagem e quaisquer outras despesas estranhas ao objeto da contratação.

**18.15.** Apresentar as notas fiscais referentes aos serviços prestados.

**18.16.** Executar o objeto de forma completa e de acordo às disposições da legislação e normativas pertinentes.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**19.1.** Cumprir com o compromisso financeiro assumido com a CONTRATADA, respeitando as condições pactuadas.

**19.2.** Efetuar as retenções tributárias sobre o serviço prestado, consoante a legislação vigente.

**19.3.** Comunicar a CONTRATADA em caso de falhas verificadas durante a execução contratual, determinando as medidas pertinentes a serem adotadas.

**19.4.** Notificar formal e tempestivamente a CONTRATADA quando da ocorrência de imperfeições e/ou deficiências na execução contratual, fixando o prazo para sua correção.

**19.5.** Aplicar as sanções administrativas pertinentes em caso de inadimplemento, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, bem como a proporcionalidade e a razoabilidade.

**19.6.** Passar as informações necessárias à CONTRATADA para a correta prestação do serviço.

## **20. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DO RECEBIMENTO**

**20.1.** A execução do Contrato será gerida e fiscalizada, bem como o objeto será recebido, por servidores nomeados nos termos da Portaria nº 20, de 24 de janeiro de 2025, Portaria nº 25, de 30 de janeiro de 2025, Portaria nº 28, de 3 de fevereiro de 2025, Resolução nº 6, de 24 de abril de 2023 e eventuais alterações, ou outras normativas que vierem a substituí-las, expedidas pela Câmara Municipal de Pato Branco.

## **21. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**21.1.** As Partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD) quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**21.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu tratamento em razão do certame ou do contrato administrativo e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**21.3.** É vedado o compartilhamento dos dados obtidos com terceiros fora das hipóteses permitidas em Lei.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





**21.4.** A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**21.5.** A CONTRATADA se compromete a comunicar formalmente e de imediato a CONTRATANTE a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titulares de dados pessoais. Essa comunicação deve ser feita o mais rápido possível e, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas após sua descoberta.

**21.6.** Com o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los de forma segura, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**21.7.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**21.8.** A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**21.9.** O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**21.10.** A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**21.11.** Os bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**21.11.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Câmara Municipal nas hipóteses previstas na LGPD.

**21.12.** O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**21.13.** Os contratos e convênios que transfiram a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso deverão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

## **22. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**22.1.** Os recursos destinados ao custeio correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

01.031.00.012.136.000 - Manter as Atividades Administrativas, Financeiras e Patrimoniais
--

3.3.90.39.00.00.00 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
---



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**

3.3.90.39.77.99.00 - Vigilância demais setores da administração



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7A48-93F0-7E19-00A7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LINDOMAR RODRIGO BRANDÃO (CPF 052.XXX.XXX-01) em 09/04/2025 16:49:07 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cmpatobranco.1doc.com.br/verificacao/7A48-93F0-7E19-00A7>